

A IMIGRAÇÃO ITALIANA E OS CONTEXTOS HISTÓRICOS DE BRASIL E ITÁLIA NO SÉCULO XIX

ITALIAN IMMIGRATION AND THE HISTORICAL CONTEXTS OF BRAZIL AND ITALY IN THE 19TH CENTURY

Daniel Natali de Souza¹
Cristiane Dall' Agnol da Silva Benvenuti²

Resumo

Este artigo analisa a imigração italiana e alguns dos aspectos dos contextos históricos de Brasil e Itália, que ocasionaram a chegada de milhares de italianos ao Brasil. Tal problemática consiste em compreender quais seriam esses pontos que influenciaram nesses contextos, fazendo com que a imigração ocorresse. É necessário estudar essa questão porque nós, brasileiros, de modo geral, somos herdeiros de uma enorme diversificação étnica e cultural, nos identificando como um país miscigenado, e os italianos fazem parte dessa construção de nossa identidade individual e coletiva. Acrescente-se a isso o fato de termos no Brasil cerca de 30 milhões de descendentes de italianos que imigraram para cá, a partir do século XIX, e isso os ajudará, também, a conhecerem a sua própria história. Este estudo promove uma fundamentação teórica com o intuito de facilitar o entendimento e compreensão dos brasileiros e ítalo-descendentes sobre a sua própria história, desenvolvendo nos brasileiros, de modo geral, o conhecimento e compreensão de uma das mais importantes fases de nossa história. Para tanto, foi empregada como metodologia e fundamentação teórica a pesquisa bibliográfica, com pesquisa de artigos científicos, textos em revistas e livros relacionados ao assunto. A pesquisa esclareceu quais foram algumas das motivações que corroboraram com o êxodo italiano e sua chegada ao Brasil, mostrando-nos, por exemplo, como a falta da unificação italiana, o excesso populacional e a substituição da mão de obra no Brasil foram decisivos para essa migração acontecer.

Palavras-chave: imigrantes no Brasil; unificação italiana; século XIX.

Abstract

This article analyzes Italian immigration and some aspects of the historical contexts of Brazil and Italy that led to the arrival of thousands of Italians in Brazil. The problem is to understand the points that influenced these contexts and led to immigration. It is necessary to study this issue because we Brazilians, in general, are heirs to a great ethnic and cultural diversification that identifies us as a country of mixed races, and the Italians are part of this construction of our individual and collective identity. In addition, Brazil has about 30 million descendants of Italians who immigrated here in the 19th century, and this will also help them to learn about their own history. This study provides a theoretical basis with the aim of making it easier for Brazilians and people of Italian descent to understand their own history, developing knowledge and understanding among Brazilians in general of one of the most important phases of our history. To this end, bibliographical research was used as the methodological and theoretical basis, with research in scientific articles, texts in magazines and books on the subject. The research shed light on some of the motivations behind the Italian exodus and their arrival in Brazil, showing us, for example, how the lack of Italian unification, overpopulation and the replacement of labor in Brazil were decisive for this migration to take place.

Keywords: immigrants in Brazil; Italian unification; 19th century.

1 Introdução

Sendo as migrações, de modo geral, foco de pesquisas e estudos que fazem parte dos conceitos que formam a Geografia, vamos aqui desenvolver esse tema focando e delimitando,

¹ Licenciado em Geografia pelo Centro Universitário Internacional (Uninter). E-mail: danielsax@outlook.com

² Doutora pela UFPR, Programa de pós-graduação em Educação, Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano. E-mail: cristiane.b@uninter.com

especificamente, na imigração italiana ao Brasil, que contribuiu de maneira significativa para as transformações socioeconômicas que o país passou naquele momento.

A imigração italiana foi um fato histórico ocorrido no Brasil especificamente a partir do ano de 1870, no século XIX, acabando aproximadamente em 1960, no século XX. Essa imigração se caracterizou pela vinda em massa de italianos para o Brasil, destinados, principalmente, ao Sul e Sudeste do país. O objetivo básico e central dessa imigração, sob a perspectiva brasileira, era trazer indivíduos que estivessem dispostos a deixar sua terra natal e virem ao Brasil para trabalharem majoritariamente nas lavouras de café, atuando, concomitante e posteriormente, como empreendedores no comércio, na indústria ou na prestação de serviços.

Frente a isso, naturalmente ou não, nos vêm à mente alguns questionamentos: por que italianos do outro lado do Atlântico decidiram se arriscar em uma nova vida, em um lugar totalmente desconhecido? Será que não havia condições deles trabalharem em seu próprio país? E o Brasil, por que abriu as “portas” dessa maneira, ocasionando um dos maiores contingentes imigratórios da história brasileira? Já não havia aqui, desde o século XVI, africanos e seus descendentes que eram cruelmente submetidos ao trabalho compulsório, ou seja, ao trabalho escravo? Por qual motivo houve a necessidade de se ter outra mão de obra? E, por fim, quais foram então os contextos históricos desses dois países, Brasil e Itália, em todo esse processo?

Dada a complexidade contextual que fatos históricos possuem, para podermos compreender e ter respostas a respeito de algumas das razões dessa imigração ter acontecido, teremos alguns aspectos de seus respectivos contextos analisados e explorados no decorrer deste artigo científico.

Em se tratando da importância de uma análise sobre esse tema, podemos constatar que a relevância é extremamente atual, pois, não por acaso, temos em nosso país, um significativo número de descendentes de italianos, denominados *oriundi*, Ítalo-descendentes ou ítalo-brasileiros. Segundo os dados divulgados em 2013, pela embaixada italiana no Brasil, o número total desses indivíduos está entre 25 e 30 milhões, o que representa, em média, de 15% a 20% da população total do Brasil, que tem mais de 210 milhões de habitantes.

Seguindo esse raciocínio, explorar e apresentar os temas aqui abordados trará aos ítalo-descendentes o conhecimento das motivações sociopolíticas que levaram seus antepassados a virem para um lugar totalmente ignoto, na esperança de ter uma vida melhor e mais digna, algo que é o mínimo para todo e qualquer ser humano. Conforme esses leitores entrarem em contato com este conteúdo, teremos também, como consequência, a própria cosmovisão da realidade dessas pessoas sendo alterada, os fazendo-as compreender aspectos culturais e familiares que

dizem respeito a um passado recente, que foi escrito e construído em um pano de fundo de extrema necessidade e esperança.

Pesquisar, conhecer e entender alguns aspectos contextuais em que o Brasil e a Itália estavam inseridos no século XIX, nas suas últimas décadas, é, no geral, outro dos objetivos do desenvolvimento desse tema. Isso será possível por meio de uma fundamentação teórica que visa facilitar o entendimento e a compreensão dos ítalo-descendentes sobre a sua própria história, desenvolvendo nos brasileiros, de modo geral, o conhecimento e compreensão de uma das mais importantes fases de nossa história recente, a imigração italiana. Trará, também, o entendimento de que nós, brasileiros, somos o resultado de uma enorme hibridização étnica e cultural, nos destinando a aura interna e externa de um dos países mais miscigenados do mundo.

A fundamentação teórica do presente artigo está baseada, sobretudo, no estudo de artigos científicos já publicados e, também, em livros e revistas publicadas, que se propuseram a expor o que foi a imigração italiana e suas várias nuances. Para tanto, utilizamos como fundamentação, e importante base das ideias aqui expostas, autores como: Leonardo de Oliveira Conedera, Lucy Maffei Hutter, Neusa Dias de Macedo, Angelo Trento, Giovane Pazuch, Nádia Maria Vieira da Silva, Paula Oliveira, Stefanie Reis, Stephany Caroliny, Telianny Gomes, Mary Del Priore, Renato Venancio, Boris Fausto, Lilia Schwarcz e Heloisa Starling.

Por fim, para termos um bom desenvolvimento dos temas que serão tratados, iniciaremos com uma abordagem a respeito do que foi a imigração italiana. Após isso, vamos falar sobre o quão complexo é tratar desse assunto, nos sendo necessária a delimitação contextual e temporal do fato histórico ocorrido. Seguiremos com a análise de alguns aspectos dos contextos históricos, tanto do Brasil como da Itália, para podermos realmente entender as motivações desse processo migratório tão importante para a construção de nossa identidade individual e coletiva.

2 A imigração italiana

A imigração italiana para o Brasil, conforme já citado anteriormente, foi uma grande emigração de italianos de seu país para o Brasil, com o objetivo básico de buscar por oportunidades de trabalho e sobrevivência. Isso ocorreu no final do século XIX, mais especificamente a partir do ano de 1870, quando da chegada das primeiras levas de navios a vela vindos dos portos de Gênova e Nápoles com destino à América, ao sul e ao sudeste do Brasil. Esses italianos vinham para trabalhar, em sua grande maioria, na produção cafeeira,

tendo um aumento do fluxo migratório nos anos seguintes, que só terminou, aproximadamente, no ano de 1960, no século XX — em torno de 100 anos de duração.

Em relação ao que foi exposto acima, Hutter observa que “Os imigrantes italianos começaram a chegar no Brasil, em números significativos, por volta de 1870, tendo o fluxo aumentado a partir da década de 80” (1987, p. 61.). Essa emigração em massa do povo italiano para cá foi incentivada, dentre outras maneiras, por uma forte propaganda em cartazes dentro dos limites territoriais italianos, que prometiam uma vida boa e agradável, além de falsas promessas e enganações das mais variadas naturezas.

Sendo o tema histórico da imigração italiana algo muito complexo, o que pode ocasionar, muitas vezes, a ideia errada de uma generalização e superficialidade dos assuntos abordados, é intenção desse estudo delimitar os aspectos a serem tratados aqui, sendo esses alguns dos pontos mais relevantes dos contextos históricos de Brasil e Itália na segunda metade do século XIX, que acabou ocasionando esse êxodo populacional italiano para o Brasil. Em relação à complexidade do tema abordado, assim diz Conedera: “Vale lembrar que a imigração é um fenômeno complexo que envolve uma multiplicidade de fatores endógenos e exógenos. No caso italiano, diversos aspectos favoreceram a mobilidade de seus cidadãos” (2017, p. 2).

Compreendemos, então, que a pesquisa e a produção deste artigo se baseiam em uma delimitação dos aspectos específicos do grande e complexo processo da imigração italiana, conforme Hutter: “Sendo a imigração italiana no Brasil, não só muito vasto, mas assaz complexo, tentamos delimitar essa exposição, nos atendo apenas a alguns aspectos gerais do processo migratório” (1987, p. 59). Sendo assim, um ou outro fator influenciador em relação à imigração pode não ser tratado neste artigo, por entendermos que existem outros mais relevantes e decisivos em todo esse processo histórico.

Com essa delimitação expressa e fundamentada bibliograficamente, seguimos nossa leitura, nos atendo, nesse momento, ao contexto do Brasil antes e durante a imigração italiana.

2.1 Contexto histórico brasileiro

O Brasil, desde a chegada dos portugueses e os gradativos processos de exploração e colonização do território, a partir de 1500 e 1530, respectivamente, estava submetido a uma exploração sem precedentes, jamais vivida em seus domínios. Com isso, várias formas de exploração e produção para o enriquecimento de Portugal (Metrópole), no chamado pacto colonial, foram desenvolvidas durante sua história. Dentre essas formas, temos como exemplos

o escambo, o extrativismo, a produção de cana-de-açúcar, a produção de algodão e a produção de café.

A princípio, para a realização dos trabalhos forçados, foi utilizada a mão de obra indígena, porém, por vários motivos, incluindo a pressão dos jesuítas que não aceitavam que os índios fossem submetidos ao trabalho compulsório, se iniciou no Brasil colônia um forte tráfico de africanos que chegariam aqui para serem escravizados no lugar dos índios. Sobre isso Priore e Venancio comentam: “Quem plantava, colhia, botava a cana para moer, acondicionava e transportava o açúcar até o mar? O escravo: de início o índio e depois o africano” (2016, p. 51). Essa substituição também foi necessária pelo alto índice de morte de indígenas e, igualmente, pela fuga desses povos: “A importação de africanos cobria a falta de mão de obra, uma vez que as epidemias e a mortalidade ligadas ao trabalho forçado, associadas à fuga de tribos inteiras para o interior, acabaram por inviabilizar o trabalho cativo dos índios” (Priore; Venancio, 2016, p. 51).

Dessa maneira, os africanos, a partir do século XVI, foram a principal base e fonte de mão de obra em quase toda a história do Brasil colônia, depois como Reino Unido, Portugal e Algarves, e, por fim, como independente de Portugal. No que diz respeito, especialmente, à produção de café, ela estava passando por uma fase de expansão, de crescimento, o que ocasionou uma maior procura de trabalhadores para suprir a sua intensa produção, uma vez que os africanos, lentamente, iriam começar a ser substituídos.

Um dos maiores fatores para essa alteração da mão de obra acontecer foi que na Inglaterra, após o final do processo da primeira Revolução Industrial, se expandindo para outros países, por volta do século XIX, começou a se desenvolver uma pressão a favor da abolição da escravidão sobre os países que ainda a utilizavam.

No caso do nosso país, a libertação dos africanos escravizados e seus descendentes foi um longo processo, pois, como vemos, o alvo só foi atingido em 1888, mas mesmo antes leis abolicionistas adentraram o cenário brasileiro, como, por exemplo, em 1850, em que tivemos a primeira lei, chamada Lei Eusébio de Queirós, colocando fim ao tráfico de africanos. Depois, em 1871, tivemos a Lei do Ventre Livre, que libertou os filhos de mães escravizadas. A próxima lei foi em 1885, com a Lei dos Sexagenários, deixando livres os idosos que eram escravizados, ou seja, os que tinham acima de 60 anos. Para finalizar todo esse longo e burocrático processo, temos a Lei Áurea, assinada no dia 13 de maio de 1888, que extinguiu o trabalho escravo no Brasil, libertando sem exceção todos os escravos.

O Treze de Maio redimiu 700 mil escravos que representavam, a essas alturas, um número pequeno no total da população geral, estimada em 15 milhões de pessoas. Mesmo assim, a penada da princesa não foi simples manipulação política, e de fato oficializou e acabou por encerrar o final desse sistema, ao menos nas bases mercantis, que insistia em perseverar no Brasil (Schwarcz; Starling, 2018, p. 310).

O Brasil, nesse cenário de lenta abolição da escravidão, se mostrava, cada dia mais necessitado de outra mão de obra que não fosse a africana, como cita Fasto: “Uma retomada dos esforços para atrair imigrantes ocorreu a partir de 1871, coincidindo com a aprovação da Lei do Ventre Livre” (2016, p. 114). Ainda nesse contexto em que o Brasil atravessava, observamos a citação do autor abaixo, que nos dá uma maior demonstração de como o Brasil encarava a possibilidade da vinda de imigrantes:

Há um século, o Brasil necessitava de mão de obra para a lavoura cafeeira que se expandia, cada vez mais, e que se encontrava na iminência de ficar sem o trabalhador agrícola, visto estar em andamento o processo de abolição da escravidão, que se tornou concreto, como todos sabem, em 1888 (Hutter, 1987, p. 60).

Ou seja, outros trabalhadores deveriam substituir esses escravos que já estavam sendo libertados desde 1850, principalmente depois, no inevitável momento em que a escravidão fosse de fato abolida, em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, filha de Dom Pedro II.

O incentivo do governo brasileiro para a imigração italiana, vinha, também, da aparente necessidade de povoar todo o imenso território brasileiro para mais atividades agrárias. Como sabemos, o Brasil, mesmo com algumas diferenças territoriais se compararmos com a época, era e é um país de proporções continentais e precisava de gente para habitá-lo por completo. Nesse tempo o Brasil já era governado pelo governo imperial de Pedro de Alcântara, Dom Pedro II. Mesmo com toda a diversidade étnica que o Brasil já tinha, ainda existiam partes e regiões do imenso território em que faltavam população e produção, que visavam o enriquecimento do Brasil Imperial:

As motivações desse destino diziam respeito tanto ao país receptor quanto ao de procedência, e estavam, de algum modo, estreitamente ligadas entre si. De fato, o governo imperial brasileiro sentia a necessidade de povoar o imenso território... (Trento, 1989, p. 77).

Outro relevante e polêmico ponto a ser colocado para que o Brasil se abrisse dessa forma para receber os imigrantes, foi um movimento de cunho “intelectual”, chamado de “branqueamento da população”, baseado em outro, denominado como eugenia, que tinha como principal premissa a existência de um padrão genético superior e evoluído no mundo, expresso

no branco europeu, com grau superior de civilidade em comparação às demais etnias, como, por exemplo, os asiáticos, os indígenas e os negros. Como o Brasil era, em sua maioria, de pardos e negros, para alguns intelectuais do final do século XIX e início do XX, as imigrações europeias ao Brasil o ajudariam a sair desse destino miscigenado, fazendo com que alcançasse esse grau civilizatório europeu. Conforme lemos a seguir:

De acordo com o pensamento dessa elite, a população miscigenada constituía um empecilho para o crescimento do país. Fundamentado nas teorias do racismo científico do século XIX, esse projeto de embranquecimento tinha como propósito extinguir a população miscigenada em um século, alcançando uma população exclusivamente branca (Silva, 2018, p. 135).

Quando lemos o trecho acima, podemos constatar que esses “intelectuais” elitistas viam no Brasil um problema, o fato de ser extremamente misturado com as etnias indígena e africana, o que trouxe um projeto de “branqueamento” da sociedade e sua consequente e suposta “evolução”, enquanto civilização. Para eles, enquanto o Brasil continuasse a se miscigenar com esses povos, estaria fadado ao fracasso.

Dito isso, passaram a defender a ideia de que, para viabilizar o progresso da nação, era preciso que mudanças consideráveis nos costumes da população acontecessem. Assim, elaboraram uma série de medidas de “higiene sociocultural” que objetivava sanear os espaços públicos e privados, a saúde dos pobres e, com isso, seus hábitos culturais (Oliveira *et al.*, 2016, p. 144).

Esse pensamento era fundamentado no forte racismo e preconceito para com as outras formas de expressão cultural e diferenças de cor que já vinham sendo demonstrados séculos atrás. Para adaptá-las, passaram a ajustar as ideias evolucionistas de Charles Darwin, que diziam respeito à seleção natural por conta do ambiente, no sentido biológico das espécies, aplicando-as no sentido social, como uma espécie de hierarquia social, transformando-as em uma ideia chamada de Darwinismo social.

Algumas teorias evolucionistas como a do Determinismo Social e geográfico e o Darwinismo Social, foram vistas e revistas e começaram a ser adaptadas à realidade brasileira para justificar a ideia da degeneração da população mestiça, enfatizando a necessidade da limpeza racial, através de um discurso que ora concordava, ora revia a noção evolucionista de que a humanidade estava fadada à civilização, e elaborando uma ideologia de branqueamento que libertaria a sociedade brasileira da barbárie em que se encontrava (Oliveira *et al.* 2016, p. 145).

De forma direta e resumida, alguns dos pontos mais relevantes no Brasil para a chegada desses imigrantes italianos foram expostos. Mas, e na Itália? Quais seriam os motivos de milhares terem saído de lá com destinos, muitas vezes, desconhecidos?

2.2 Contexto histórico italiano

No século XIX, afirmava-se que a Itália era apenas uma “expressão geográfica”, ou seja, apesar de existir alguma certa identidade cultural, o próprio território em si era disputado e combatido entre as potências europeias da época. “Em 1850, a Península itálica era simplesmente uma ‘expressão geográfica’” (Santos, 2015, p. 120).

Na Itália, assim como na Alemanha, não houve os movimentos de unificação do território, característicos a partir do século XIII, como aconteceu com os países Portugal, Espanha, França e Inglaterra, que se tornaram, a partir de então, em Estados Modernos e absolutistas. Por isso que, para muitos, é difícil imaginar que, ainda no século XIX, a Itália não era um país unificado e organizado em torno de um só governo.

Já é difícil fazer que o senso comum entenda que uma Itália como aquela formada na década de 1870 nunca havia existido anteriormente e não poderia existir: o senso comum é levado a crer que o que existe hoje sempre existiu e que a Itália tenha sempre existido como nação unificada, que jamais tenha sido sufocada por forças estrangeiras etc. (Gramsci, 2016, p. 12).

A península Itálica ainda estava, desde 1815, travando batalhas entre as potências estrangeiras que dominavam os territórios italianos e que se configuravam em pequenos estados submetidos a essas potências, como, por exemplo, o Império Austro-Húngaro.

Dessa forma, a península da Itália anterior à unificação era dividida da seguinte maneira: Reino Sardo-Piemontês, governado pela família de Saboia; Reino da Lombardia, governado pela Áustria; Ducado de Toscana, Ducado de Parma e Ducado de Módena, todos os três também governados pela Áustria; Estados Pontifícios, submetidos à autoridade da Igreja Católica; Reino de Nápoles ou das duas Sicílias, governado pela família de Bourbon; e Reino de Veneza, governado pela Áustria. Assim, Santos corrobora:

A Península Itálica era dividida em vários Estados, independentes entre si e dominados por governos centralizados, daí as revoluções de 1848, nessa região, terem tido um caráter liberal e fortemente nacionalista, visando à independência e à unificação (Santos, 2015, p. 119).

Seguindo uma espécie de influência de cunho liberal e nacionalista advinda de outros movimentos europeus a partir de 1848, várias partes do território italiano intensificaram de forma clara o seu movimento já existente contra as potências estrangeiras que dominavam suas regiões.

Tal movimento esteve presente em todo o continente europeu, fornecendo o arcabouço ideológico das unificações italiana e alemã, ocorridas quase ao mesmo tempo. No caso italiano, a unificação ocorreu entre 1850 e 1870. Em 1848, aproveitando-se da onda liberal que varreu a Europa, houve levantes em várias regiões italianas dominadas pela Áustria, reprimidos com violência (Santos, 2015, p. 116).

Para a luta em favor da unificação, basicamente, surgiram dois grandes movimentos, são eles: o denominado “Jovem Itália”, com viés liberal e republicano; e outro, com um viés monarquista, o tão famoso movimento de Ressurgimento (*Risorgimento*), cujo objetivo era expulsar os estrangeiros e ter um território agrupado em torno de uma só política. O *Risorgimento* teve seu início em 1815 e seu fim entre 1870 e 1871, com a então unificação italiana.

Desde o seu início, a luta pela unificação dividiu-se em duas correntes. Uma, de caráter liberal-republicano, representada pelos grupos “Jovem Itália” e “Camisas-Vermelhas, outra, de caráter monarquista, defendida pelo grupo “Risorgimento”, organizado pelo primeiro-ministro do Piemonte, Cavour. A este último grupo se uniram a burguesia e os latifundiários que impuseram os limites da unificação italiana, conservando a estrutura socioeconômica do Estado italiano (Santos, 2015, p. 116).

Dentre todos esses anos de movimento, tivemos como um dos artífices principais, dentre outros personagens, o até então ministro Camilo Benso, o conde de Cavour, que colaborou com o Rei do Piemonte, Vitor Manuel II, com a unificação do território italiano, mesmo tendo falecido antes de todo o processo ter sido finalizado. Conforme Santos explica, no trecho que segue: “O nacionalismo dos habitantes da Península Itálica se expressava no *Risorgimento*, movimento liberal que comandou a luta pela unificação do país. Seu líder, conde Camilo Cavour, tornou-se o ‘pai da unidade italiana’” (Santos, 2015, p. 126). Ainda mais: “Quando Cavour morreu, em 1861, os piemonteses já dominavam quase toda a Península Itálica. Vítor Emanuel II declarou-se rei da região, transferindo provisoriamente a capital para Florença” (Santos, 2015, p. 121).

Todo esse longo processo teve como finalização o ano de 1870 ou 1871, data essa que explicitou o almejado controle do reino da Itália, após anos de lutas e conflitos armados com essas potências estrangeiras que não desejavam abandonar seus extensos territórios imperiais fora de suas próprias fronteiras. Sobre isso, Torresin comenta: “Em 1871, o Reino da Itália conseguiu obter o controle de ambas as áreas e no mesmo ano, Roma tornou-se a capital do Reino...” (2019, p. 4).

Entretanto, até chegar a esse ponto da unificação, essas batalhas e conflitos armados empobreciam a população italiana, sobretudo a do norte da Itália, em Vêneto.

Dentre os italianos que se dirigiram ao Rio Grande do Sul, encontramos originários de Vicenza, de Treviso, de Padua, de Verona, de Cremona, de Mantua e de Belluno. Com relação a São Paulo, podemos afirmar que a maioria dos italianos que para cá se dirigiram se constituía de italianos procedentes também do Norte da Itália (Hutter, 1987, p. 61).

Os italianos, ou pelo menos, uma grande parcela da população, estavam passando por muitas dificuldades sociais, como falta de emprego, de moradia e de mínimas condições de sobrevivência. Não passavam apenas por essas privações, pois também tinham dificuldades políticas, em constantes batalhas territoriais, por conta do recente processo de unificação do território, conforme Hutter comenta:

Por outro lado, um dos países mais aptos, dadas as condições econômicas e sociais a liberar trabalhadores era a Itália. Recém-unificada, embora faltasse ainda a anexação de alguns territórios, em 1870, a Itália se encontrava entre os países mais pobres e de alto índice de população. O excesso de população, a falta de terras cultiváveis, provocava uma distorção na oferta e procura da mão de obra (Hutter, 1987, p. 60).

Sendo naquela presente conjuntura, um dos países que mais estavam abertos a liberar seus cidadãos — pela falta de terras cultiváveis para seus trabalhadores rurais, excesso populacional e falta de moradias, empregos e oportunidades —, a Itália então começa, a partir de 1870, em comum acordo com o governo brasileiro, a enviar para cá seu enorme contingente de italianos insatisfeitos com a sua vida. Majoritariamente, como supracitado anteriormente, a população italiana proveniente do Norte era a mais afetada.

A maioria dos emigrantes que chegou a São Paulo até os primeiros anos do século XX era formada por trabalhadores do campo ou pequenos proprietários rurais do norte da Itália — das regiões de Vêneto e da Lombardia, sobretudo — sem condições de sobreviver com o cultivo de seu pedaço de terra (Fausto, 2016, p. 115).

E para agravar ainda mais a população nortista, as disputas territoriais entre as potências estrangeiras dominantes eram acentuadas e dinâmicas, causando destruições, falta de produção de alimentos, miséria e desemprego.

Na primeira metade do século XIX, de 1804 a 1866, a região do Vêneto foi dominada pelo Império Austríaco. Na segunda metade do século, a partir de 1867, essa região passou para o Império Austro-Húngaro. Devido a esses problemas políticos, em meados do século XIX as condições de sobrevivência no Norte da Itália não eram boas (Pazuch, 2012, p. 3).

Falta de terras para cultivo, plantio e colheita, foi um dos fatores decisivos que mudaram a concepção desse trabalhador rural que não via outra solução a não ser convencer a sua família e se “aventurar” em um navio, a princípio a vela e posteriormente a vapor, em viagens que

duravam de 20 a 40 dias ou mais. O aumento da população piorava ainda mais esse quadro: “Além disso, o aumento da população local e a escassez de terras forçaram os camponeses a emigrar para outros países da Europa e América” (Pazuch, 2012, p. 4). Ainda sobre esse conceito, podemos observar que a questão da industrialização capitalista que a Europa atravessava naquele momento, também influenciou a crise econômica e consequente emigração dos italianos:

Vários fatores, de um lado e do outro do oceano, favoreceram afinal o afluxo de imigrantes em grande número. A crise na Itália, que se abateu com mais força sobre a população pobre, resultante da unificação do país e das transformações capitalistas, foi um fator fundamental (Fausto, 2016, p. 115).

Para finalizar os motivos que fizeram os italianos emigrarem, temos um que é um tanto curioso, que era a “fuga” de alguns jovens que viam na emigração uma forma de não terem que se apresentar ao serviço militar italiano obrigatório: “Entre os italianos, um motivo que levou muitos jovens à emigração foi a obrigatoriedade do serviço militar. Partiam para o exterior para não serem chamados a prestar o referido serviço” (Hutter, 1987, p. 60-61). Vemos que todos esses processos migratórios envolveram diversas questões relacionadas à sobrevivência desses indivíduos que decidem sair de seus lugares, no sentido de “lugar” que a Geografia coloca, para então, tentarem se adaptar em outra cultura, com costumes, idioma, alimentação, vestimentas, aspectos climáticos totalmente diferentes de seus ambientes de origem.

Com isso, estão tentando se encontrar e ressignificar o seu novo “lugar”, ou seja, um “pedaço de terra” que os faça se sentirem úteis e capazes de dar o mínimo de sustento a si e para suas famílias. Como diz Hutter “O movimento emigratório/imigratório, pode-se concluir, não é um simples deslocamento humano, mas um complexo que envolve em si aspectos econômicos, sociais e políticos (1987, p. 72)”.

Em síntese, todos esses fatores expostos neste artigo foram, juntos, os responsáveis por esse grande fato histórico, tanto do lado brasileiro como do italiano. É claro e conhecido que existem outros tão importantes quanto os que estão descritos aqui, mas como dito anteriormente, esses foram interpretados como os mais decisivos e relevantes para esse fato em si. “Essa coincidência de situações concorreu para que desse a grande emigração em direção não só ao Brasil como aos referidos países, além de outros” (Hutter, 1987, p. 60).

2.3 Metodologia

Para a realização de uma pesquisa bibliográfica, é primordial que entendamos, a princípio, que ela faz parte do dia a dia de quem se habilita a produzir um estudo a respeito de qualquer assunto e, principalmente, ao debruçar-se sobre o mesmo assunto explorado. Sendo assim, a pesquisa em si, além de trazer a experiência que lhe é requerida, ainda vai contribuir, e muito, na evolução do estudante enquanto pesquisador acadêmico. Segundo Traina e Júnior, “realizar uma pesquisa bibliográfica faz parte do cotidiano de todos os estudantes e pesquisadores. É uma das tarefas que mais impulsionam nosso aprendizado e amadurecimento na área de estudo” (2009, p. 1).

Essa pesquisa tem como base metodológica uma pesquisa bibliográfica. Dessa maneira, toda a pesquisa, estudo e posterior produção do artigo científico foram baseados em alguns autores que já possuem seus textos publicados sobre o assunto tratado neste artigo.

Por pesquisa bibliográfica, compreende-se a busca de informações bibliográficas, com uma escolha específica de textos que dialogam com a problemática trazida pelo artigo proposto. Para corroborar com a ideia supracitada sobre o que é a pesquisa bibliográfica, podemos observar a seguinte afirmação: “É a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos, que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalhos de congressos, teses etc.)” (Macedo, 1994, p. 13).

Outra concepção a respeito do que seria uma pesquisa bibliográfica, é de que ela se baseia em uma espécie de “filtro” a partir das publicações autorais que já estão disponíveis, e esse “filtro”, tem o objetivo de levantar os textos que já falam sobre o assunto abordado no artigo, para que a produção conceitual não seja algo apenas da “cabeça do autor” do artigo, mas algo fundamentado em outros autores e suas ideias. A respeito disso, temos a seguinte citação: “Portanto, a ‘revisão bibliográfica’ ou ‘revisão de literatura’ consiste numa espécie de ‘varredura’ do que existe sobre um assunto e o conhecimento que tratam desse assunto, a fim de que o estudioso não ‘reinvente a roda’” (Macedo, 1994, p. 13).

Como levantamento bibliográfico e escrita da presente pesquisa científica, foram utilizados o Google Acadêmico, o Capes e alguns livros, e no caso dos artigos e revistas, foram utilizadas palavras-chave relacionadas ao processo de imigração italiana em nosso território, como, por exemplo, unificação italiana, imigrantes italianos, Brasil, Itália, contexto histórico e século XIX.

3 Considerações finais

A imigração italiana, assim como todas as formas de migrações presentes na história, e sua dinâmica com o espaço geográfico são processos complexos, que precisam ser estudados cada vez mais para podermos entender as especificidades de cada um dos fluxos migratórios. Desde a pré-história, a nossa espécie migra, seja para encontrar alimento, para encontrar algum ambiente favorável, para encontrar algum abrigo, ou mesmo para fugir de algum fenômeno natural. Independente do motivo, os seres humanos tentam se adaptar e encontrar o seu “lugar” no globo.

Aqui no nosso país, atualmente, temos um número cada vez maior de refugiados, vindos de lugares como Nigéria, Congo, Venezuela e Bolívia. Todos, com uma exceção ou outra, vieram não para turismo ou para conhecer os pontos turísticos de São Paulo ou Rio de Janeiro, mas para terem um país que os abrigue e os transforme em cidadãos honrados, que possuem o próprio trabalho, o próprio sustento e, também, a sua liberdade religiosa e política, tão difíceis em alguns lugares do mundo.

Já na nossa história recente, no contexto brasileiro, vimos como a expansão da produção cafeeira do Brasil, a gradativa substituição da mão de obra e a necessidade de povoar o imenso território brasileiro foram alguns dos pontos relevantes expostos neste artigo, que colocaram o Brasil em uma posição favorável para a chegada desses imigrantes, além da polêmica ideia do “branqueamento da população”.

Levando em consideração a ideia de “branqueamento da população brasileira”, podemos entender, de certa forma, além do processo colonial brasileiro e da escravidão, o atual racismo que muitos, ainda hoje, sofrem no nosso país. Ou seja, somos herdeiros de uma concepção de sociedade totalmente equivocada e preconceituosa, em ideias que foram enaltecidas e disseminadas por grande parte dos chamados “intelectuais” no Brasil.

No contexto italiano e de seu êxodo ao Brasil, pudemos observar como os movimentos nacionalistas e liberais, característicos do século XIX, foram pontuais para exercerem influência sobre o movimento de emancipação política italiano, chamado *Risorgimento*. Fomos capazes de ver, também, que os conflitos entre as potências causaram tensões sociais, ocasionando pobreza, fome, falta de moradia e de oportunidades de emprego para a população, provocando a saída em massa desses italianos rumo ao Brasil e para outros países. A falta de unificação do território e as intensas disputas entre as potências europeias que dominavam algumas de suas regiões, assim como a falta de terra cultivável e a industrialização capitalista, foram os incentivos que fizeram essas pessoas a atravessarem o oceano atlântico à procura de uma vida melhor.

Sendo assim, mais estudos, pesquisas e mais produções escritas de novos artigos científicos relacionados a esse tema precisam ser realizadas, para que, assim, possamos conhecer, reconhecer e compreender esses aspectos de nossa própria história e tentarmos desenvolver políticas que evitem que as próximas gerações tenham a dificuldade que os imigrantes italianos tiveram para poder viver dignamente como os seres humanos.

Referências

- CONEDERA, L. O. **A imigração Italiana no Brasil (1875-1930)**. Rio Grande do Sul, 2017.
- FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- GRAMSCI, A. **O ressurgimento e a unificação da Itália**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- HUTTER, L. M. Imigração italiana: aspectos gerais do processo imigratório. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Brasil, n. 27, p. 59-73, 1987. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i27p59-73. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69906>. Acesso em: 6 maio 2024.
- MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- OLIVEIRA, P. *et al.* O discurso do branqueamento no século XIX. *In: SINTEPE SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. LETRAMENTO DOCENTE: UMA RELAÇÃO AUDPIVEL NA PRÁTICA*, 3., 2016, Eunápolis. **Anais [...]**, Eunápolis: UNEB, 2017.
- PAZUCH, G. A Imigração Italiana na Colônia Antônio Prado. *In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA –ANPUH-SP*, 11., 2012, Campinas. **Anais [...]**, Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1342214843_ARQUIVO_AimigracaoitaliananaColoniaAntonioPrado.pdf. Acesso em: 6 maio 2024.
- PRIORE, M. D.; VENANCIO, R. **Uma Breve História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2016.
- SANTOS, L. A. **História Contemporânea**. São Cristóvão: UFS, 2015.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: Uma Biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SILVA, N. M. V. A redenção que não houve: As tentativas de branqueamento da população mestiça no Brasil no final do século XIX e inícios do século XX. **Revista Digital Simonsem**, Rio de Janeiro-RJ, v. 8, n. 9, p. 134-150, jan.-jun. 2018. Disponível em: <https://www.simonsem.br/revista-digital/wp-content/uploads/2018/12/9.-REVISTA-n-9.pdf>. Acesso em: 6 maio 2024.

TRAINA, A. J. M.; JÚNIOR, C. T. Como fazer pesquisa bibliográfica. **SBC Horizontes - Revista Eletrônica**, v. 2, n. 2, p. 30-35, 2009. Disponível em: <http://univasf.edu.br/~ricardo.aramos/comoFazerPesquisasBibliograficas.pdf>. Acesso em: 6 maio 2024.

TORRESIN, M. **Nas Raízes da Identidade Italiana**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2019.

TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico: Um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.